

Bolsonaro busca blindagem no STJ

22 DE JUNHO DE 2020

O presidente Jair Bolsonaro tenta montar, nos tribunais superiores, uma rede de investigação de investigação hoje em curso no Ministério Público e na 27ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio. A cada dia, porém, aumentamos os flancos a serem contidos. O que começou com uma pesquisa de garantia para um conjunto de itens de Fabrício Queiroz, instrumento para evitar uma exclusão iniciada pelo ex-avaliador de Flávio Bolsonaro, agora ampliada para estimativa como fortes estatísticas de vínculo ou presidente e estratégia de atuação do advogado do senador, Frederick Wassef.

Como revelou o “UOL”, uma empresa de Cristina Bonner, ex-mulher e sócia de Wassef, foi beneficiária, em um ano e meio deste governo, equivalente (R \$ 41 milhões) ao receber nos quatro anos da administração compartilhada entre os ex-presidentes Dilma Rousseff e Michel Temer. Os Ministérios de Tribunais Superiores tratam a revelação de um “Fiat Elba”, em uma referência à prova definitiva de vínculo entre o ex-presidente Fernando Collor e seu ex-tesoureiro, Paulo César Farias.

Se as primeiras faíscas envolvidas no presidente, como o depósito de quenós na conta do primeiro dama, Michelle Bolsonaro, foram esfriadas com uma paralisação do processo contra o senador no Supremo Tribunal Federal, durante seis meses, por iniciativa do presidente do Tribunal, ministro Dias Toffoli, é por novas manobras preventivas que hoje mudam o Palácio do Planalto.

Hoje, o Tribunal Superior de Justiça está concentrado como maiores chances de Bolsonaro. O presidente do STJ, João Otávio de Noronha, já seleciona que, ao contrário do que manda uma tradição, não vai compartilhar o plantio do Corte, que entra no recesso a partir de julho. Ele é quem responde, monocraticamente, pelo STJ, durante todo o mês, quando espera que chegue ao Corte, os primeiros pedidos de habeas corpus.

Noronha tem decisões coletivas a favor do governo. Ele barrou, no STJ, uma decisão de primeira e segunda instâncias, que obrigou o presidente a revelar o exame de coronavírus. Isso depois de ter antecipado sua posição sobre o tema em entrevista, o que seria suficiente, pela Lei da Magistratura, para selecionar seu impedimento. A decisão seria revertida, posteriormente, por liminar do ministro Ricardo Lewandowski, que acabou por aceitar resultados dados em nome de terceiros.

Noronha também liberou a nomeação de Sérgio Camargo para a Fundação Palmares, aprovada pela primeira e segunda instâncias por acusação de racismo, além do resultado do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), depois da provocação por erros na correção do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que também foram barradas nas instâncias inferiores. O presidente costuma fazer consultas em Noronha e já registra o que sabe, “foi amor à primeira vista”.

Noronha fechada na presidência do Corte até o fim de agosto. Em setembro, assumiu Humberto Martins, contra quem executou uma ação, arquivada pelo Supremo, que sofreu acusação feita pelo ex-presidente da OEA, Léo Pinheiro, que ministrou o STJ para um agraciado com R \$ 1 milhão para ajudar no uso da iniciativa de empreendedores. Corte. Evangélico, Martins já externou interesse em uma vaga no STF.

Uma trinca de ministros que hoje rejeita a defesa de Bolsonaro, André Mendonça (Justiça), Jorge Oliveira (Secretaria-Geral) e José Levi do Amaral (Advocacia-Geral da União), aposta ainda na turma do julgamento de Flávio Bolsonaro, não caso Queiroz, que lá tramita. Dos cinco integrantes, já há dois votos bolsonaristas. Um terceiro ministro, Joel Paciornik, deixou sua casa em Curitiba, onde participa de sessões remotas do Corte, para uma audiência no Palácio do Planalto na segunda-feira.

Uma investida bolsonarista aposta no STJ pode assumir a condição de instância protelatória que já foi exercida pelo Supremo Tribunal Federal. Além da paralisação por seis meses da investigação sobre o senador Flávio Bolsonaro, a atitude mais política da gestão de Toffoli como presidente, o processo também foi suspenso, durante o recesso de janeiro de 2019, pelo plantonista de Corte, Luiz Fux.

A celeridade dos processos usados para o presidente que seguiram um corte detalhado, porém, demonstra que o Supremo virou uma página de bolsonarismo. Os ministros avaliam o Fux, que assume um corte em setembro, dificilmente repetido gestos como o de Toffoli, acompanhando eventos da agenda de Bolsonaro, como a formação da Academia Militar das Agulhas Negras. Seus dois últimos votos, sobre o artigo 142 da Constituição e sobre a investigação de “notícias falsas”, também deixaram poucas dúvidas do que o ministro não age mais para proteger o presidente.

Como visitas de ministros bolsonaristas à casa, em São Paulo, do ministro Alexandre de Moraes, relator do processo de “notícias falsas”, foram infrutíferas. Uma subscrição personalizada pela trinca de ministros palacianos de Moraes, na sexta-feira, sobre as chances de o Weintraub sobreviver aos processos que responde no Supremo, contribuindo para o ex-

ministro embarcar para Miami no sábado pela manhã, ainda na condição de titular do MEC, liberando-o do direito de veto à entrada de brasileiros.

Moraes ainda é considerado ministro-chave no Supremo pela ascensão na Polícia Civil de São Paulo, que chefiou como secretário de Segurança Pública e, principalmente, no Ministério Público do Estado, instituição de qual origem e que foi crucial para uma investigação que resultou na prisão de Queiroz.

Uma ofensiva do Palácio do Planalto para conter uma sangria de Bolsonaro se completa com uma busca de um novo advogado para o filho do presidente, depois da dispensa do Wassef anunciada ontem. O perfil desejado é o de um advogado que possui “trânsito nos tribunais superiores”, eufemismo ou qual define profissionais que cultivam relações com os ministros para além do plenário das Cortes. Um dos nomes mais cotados é o Nabor Bulhões, que é recomendado para o empresário Marcelo Odebrecht e para a PC Farias.

O desespero do Planalto em segurar "por cima" como investigações conduzidas pelo Ministério Público do Rio, a partir do esquema das "rachadinhas" no gabinete do então governo estadual Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Rio, se dá, em grande parte, pela pena de canais com estruturas judiciárias nos Estados.

O avanço do processo contra o senador no Rio tem sido possível pela mitigação do foro privilegiado. A restrição de execução de atos cometidos durante o mandato de parlamentares, em maio de 2018, foi um dos desdobramentos da Operação Lava-jato. A operação que tanto ajudou na ascensão do presidente colaborador agora para a erosão do seu mandato.

<https://outline.com/qgTGJh>

CÓPIA DE

[Anotações](#) · [Relatar um problema](#)

O Outline é um serviço gratuito para ler e anotar artigos de notícias. Removemos a desordem para que você possa analisar e comentar o conteúdo. No clima atual de desinformação generalizada, o Outline permite que os leitores verifiquem os fatos.

[HOME](#) · [TERMOS](#) · [PRIVACIDADE](#) · [DMCA](#) · [CONTATO](#)